

MONITOR

O BOLETIM DAS FINANÇAS MUNICIPAIS

UMA PUBLICAÇÃO DA



Nº 24 NOVEMBRO/DEZEMBRO 2023

MUNICÍPIOS EM CRISE



CARTA DO PRESIDENTE

Aproveitem este canal

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) apresenta o "Monitor – O Boletim das Finanças Municipais", uma publicação que apresenta conteúdo de grande relevância para os gestores(as), secretários(as) e técnicos da área de finanças dos Municípios.

O objetivo principal é sempre apresentar temas que são importantes para as administrações locais, com ênfase em uma análise bimensal do comportamento das principais receitas próprias, tornando-se assim uma grande fonte de pesquisa e planejamento municipal.

Também a cada edição é apresentado um tema principal, aonde discutimos vários aspectos relacionado a ele, com enfoque nas finanças públicas, temos entrevistas, artigos e conteúdo de qualidade.

Convidamos a todos(as) para que leiam o "Monitor" e se quiser contribuir com as edições enviando sugestões, críticas, boas práticas de seu município ou alguma dúvida, entre em contato conosco.

A CNM é a casa dos Municípios, e a casa é sua!

Paulo Ziulkoski
Presidente da CNM



Sede
SGAN 601 – Módulo N
CEP: 70830-010
Asa Norte – Brasília/DF
Tel/Fax: (61) 2101-6000

Escritório Regional
Rua Marcílio Dias, 574
Bairro Menino Deus
CEP: 90130-000 – Porto Alegre/RS
Tel/Fax: (51) 3232-3330

 /PortalCNM

 @portalcnm

 /TVPortalCNM

 /PortalCNM

 /portalcnm



www.CNM.org.br

**Municipalismo forte
se faz com a
participação de todos**

A crise na visão de quem está na ponta

Entrevista com Ângela Nascimento da Silva, Secretária Municipal de Fazenda de Tangará da Serra/MT.

Qual a composição da receita total do seu Município? Qual a importância das Transferências Constitucionais da União, do Estado e da Receita Própria na sua receita? O FPM é relevante?

A receita orçamentária do Município de Tangará da Serra/MT referente aos últimos doze meses de arrecadação perfaz o montante de R\$ 591.970.502,35. Sendo que as receitas de transferências constitucionais representam 53,33% (cinquenta e três vírgula trinta e três por cento) do total da receita orçamentária arrecadada, enquanto as receitas próprias representam 38,95% (trinta e oito vírgula noventa e cinco por cento) do total da receita orçamentária arrecadada.

O Município de Tangará da Serra/MT é um Município forte na arrecadação própria; entretanto, é possível observar a importância das transferências constitucionais para que ele consiga manter o equilíbrio fiscal e fazer frente às despesas necessárias para atendimento da demanda da sociedade, principalmente nas áreas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Ações e Serviços Públicos de Saú-

de, Infraestrutura Urbana e Saneamento Básico.

Somente neste exercício de 2023, o Município investiu em Ações e Serviços Públicos de Saúde 29,69% das Receitas de Impostos e Transferências (SIOPS, 2023). E em Manutenção e Desenvolvimento do



Ensino 25,13% das Receitas de Impostos e Transferências (SIOPE, 2023), e as demandas têm sido cada vez maiores. E, para que o Mu-

nicipio consiga manter seu equilíbrio fiscal e financeiro, os Recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) são essenciais, pois representam grande parte da receita orçamentária arrecadada.

As demandas da sociedade acontecem nos Municípios, e, por vezes, o Município sofre a pressão por ampliação de serviços de saúde, melhoras nas estruturas e nos serviços de educação, além dos problemas crônicos causados pela falta de infraestrutura urbana e saneamento básico, que exigem investimentos altos, os quais em muitas situações não conseguimos atender pela falta de recursos financeiros ou por falta de recursos humanos.

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) seria a maneira de a União repassar recursos financeiros aos Municípios para atender essas demandas e anseios da população, seja na área da saúde, educação, infraestrutura urbana, saneamento básico, esporte e lazer, cultura e turismo.

Entretanto, observam-se quedas sucessivas nos repasses do FPM, o que distancia cada vez mais a União do cidadão, pois as deman-

das por serviços públicos acontecem nos Municípios e não na União.

Costumo dizer que: “o cidadão bate na porta do prefeito, e não na porta do presidente. Então por que o dinheiro fica na União?” Obviamente, o país possui o pacto federativo, que estabelece a organização política do Brasil; todavia, se o objetivo do pacto federativo era manter o equilíbrio na distribuição das receitas da União para os Entes federados, e também ter autonomia financeira, acreditem, precisa ser repensado.

O Município estava em equilíbrio em relação às receitas e às despesas até o primeiro semestre deste ano? Havia um planejamento de gastos em relação às receitas?

Sim, o Município está em equilíbrio em relação às receitas e às despesas até o primeiro semestre deste ano, e, sim, há um planejamento de gastos em relação às receitas, inclusive com cronograma de desembolso financeiro. No Município de Tangará da Serra/MT acompanhamos a arrecadação das receitas mensalmente, e o desbloqueio para a realização da despesa ocorre na medida da arrecadação de receitas, a fim de evitar autorização de despesas sem ter o respectivo recurso financeiro para pagamento.

A grande preocupação é com o gasto com pessoal, que aumentou em grande proporção com o aumento do piso nacional dos professores, pois eleva todas as verbas permanentes e variáveis dessa categoria, sem contar os reflexos no déficit atuarial. Além disso, o tão discutido piso da enfermagem, que tivemos um apoio financeiro em conformidade com a decisão do Supremo Tribunal Federal, entre-

tanto longe do que se era esperado pela categoria, e também ocasiona insatisfação e prejuízo emocional ao nosso capital humano, visto que o Município não consegue atender a demanda sem que seja repassa-



Observam-se quedas sucessivas nos repasses do FPM, o que distancia cada vez mais a União do cidadão.



do integralmente os valores pela União, incluindo os reflexos sobre as verbas permanente, 13º salário, férias e encargos patronais.

Qual a repercussão, do ponto de vista das receitas, acerca das quedas do FPM a partir do 1º de cêndio de julho deste ano e das quedas consecutivas que ocorreram após esta data?

A repercussão das sucessivas quedas do FPM são a redução de investimentos, porque, com o fluxo de caixa comprometido, o primeiro a ser feito é reduzir os investimentos em obras, ampliações e reformas. O comprometimento do limite de gasto com pessoal, estabelecido pela LRF. E, por fim, a redução na prestação de serviços à sociedade.

Essas quedas somadas ao não repasse das emendas parlamentares impositivas e a queda da cota-parte do ICMS representam um problema de fluxo de caixa na sua cidade?

Sim, representam um problema de fluxo de caixa na nossa cidade.

Quais medidas tiveram de ser tomadas imediatamente para rea-

justar o equilíbrio das finanças?

Limitar o gasto com pessoal, logo novas contratações só foram autorizadas para substituição de pessoal, ou em decorrência de determinação judicial, e também foram adotadas outras medidas para conter o gasto com pessoal. Caso no segundo semestre continuem caindo as receitas de FPM e ICMS, e as medidas de contenção de gasto com pessoal não sejam suficientes para manter o equilíbrio das finanças, será necessária a redução de investimentos e serviços à população.

O que esperar em relação à receita e despesa para o final deste ano e o encerramento do mandato da atual gestão?

Espera-se um encerramento de exercício e de mandato difíceis, em que o menor erro pode acarretar em consequências graves para a política fiscal e financeira do Município.

Ângela Nascimento da Silva

Secretária Municipal de Fazenda de Tangará da Serra/MT. Servidora efetiva no cargo de Contadora da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra desde 08/2014. Contadora CRC – MT 013169/0-0. Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola – Unemat/PPGASP. Especialista em Políticas Públicas – Unemat. Membro do Grupo de Pesquisa: Cultura, Política e Sociedade – Unemat/CNPq. Membro do Observatório de Políticas Públicas de Mato Grosso – UFMT/Unemat.

A crise nos Municípios em 2023

O ano de 2023 tem sido desafiador para a gestão municipal. Após dois anos de elevada arrecadação e contenção de gastos em função da pandemia de Covid-19, os primeiros meses deste ano apontam para uma considerável reversão desse quadro. Os principais responsáveis, do ponto de vista fiscal, foram o aumento generalizado das despesas públicas repassadas na pandemia e a redução da taxa de crescimento da arrecadação municipal oriunda de repasses do governo estadual e federal.

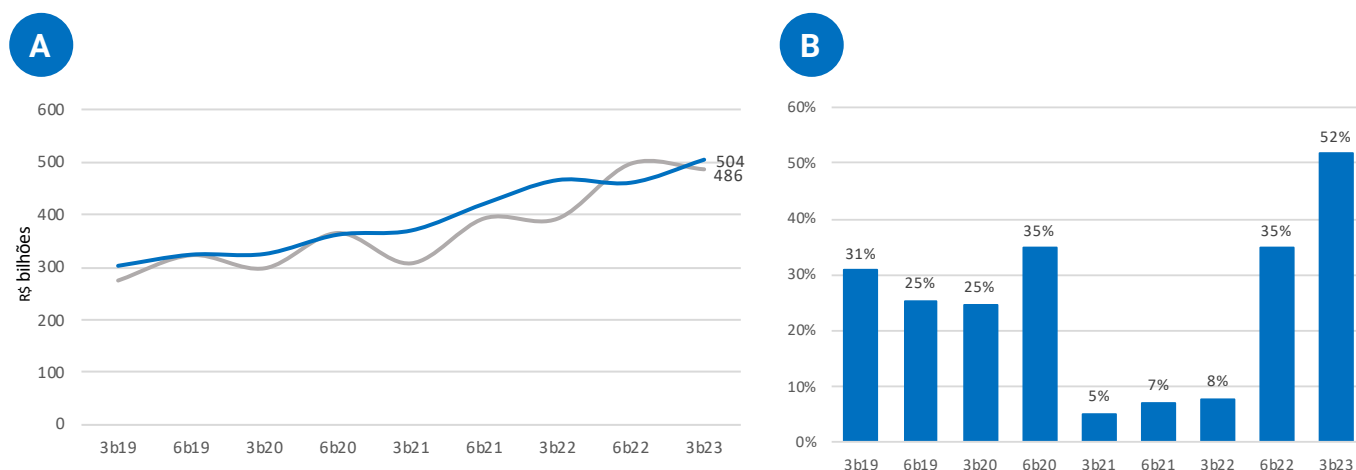
O presente estudo da CNM apresenta um levantamento da crise fiscal nos Municípios a partir de uma amostra de 4.956 cidades (89% do total) que enviaram dados orçamentários para a STN entre o primeiro semestre de 2019 e 2023.

A evolução das receitas e das despesas primárias está apresentada na Figura 1 (Gráfico A). A linha azul representa as receitas primárias, enquanto a linha em cinza representa as despesas primárias. Nos últimos meses de 2022 e em 2023, as despesas se eleva-

ram de maneira mais acelerada comparadas às receitas, que estagnaram.

No Gráfico B, por sua vez, é apontado o percentual de déficit dos Municípios por semestres. Os dados sugerem que, após um período favorável (entre 2021 e 2022), está em curso um processo generalizado de deterioração das contas municipais, iniciado no segundo semestre do ano passado, o qual vem ganhando força neste ano ao alcançar o percentual de 52% das cidades no vermelho.

Figura 1 – Evolução das receitas e despesas primárias por semestre (2019-2023) (A) e percentual de Municípios com déficit primário por semestre (2019-2023) (B)



Fonte: Siconfi. Elaboração: CNM.

O percentual de Municípios com *déficit* no 1º semestre de 2023, considerando os sete portes populacionais e as regiões geográficas, está apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Municípios com déficit no 1º semestre de 2023 (%), por porte e região

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Até 5 mil hab.	65,0%	55,4%	46,3%	50,5%	59,8%	56,0%
Entre 5 mil hab. e 10 mil hab.	72,7%	55,6%	56,3%	49,5%	57,1%	55,1%
Entre 10 mil hab. e 20 mil hab.	64,6%	55,8%	56,8%	48,7%	50,3%	53,6%
Entre 20 mil hab. e 50 mil hab.	64,6%	56,1%	49,3%	40,9%	41,6%	49,3%
Entre 50 mil hab. e 100 mil hab.	50,0%	55,6%	58,3%	32,0%	26,4%	43,3%
Entre 100 mil hab. e 300 mil hab.	76,5%	55,6%	46,2%	28,4%	26,8%	38,6%
Acima de 300 mil hab.	50,0%	11,1%	22,2%	16,7%	7,7%	16,1%
Total	66,1%	55,3%	51,6%	44,4%	51,6%	51,7%

Fonte: Siconfi. Elaboração: CNM.

A partir da Tabela 1, é possível observar que, em termos nacionais, os maiores percentuais de *déficit* estão nas cidades de pequeno porte, reduzindo à medida que são consideradas cidades mais populosas: 56% das cidades até 5 mil ha-

bitantes estão em *déficit*, enquanto somente 16,1% das cidades acima de 300 mil habitantes estão na mesma situação. Considerando as regiões, no Sudeste, 44,4% dos Municípios estão em *déficit*, enquanto o percentual no Centro-Oeste su-

pera 66%. Há, portanto, um componente populacional relevante: as cidades de pequeno porte em geral tiveram maior dificuldade de reagir ao atual momento do que as cidades de grande porte.

E quais são os determinantes da atual crise?

Estagnação das receitas

Aproximadamente 90% da receita primária corresponde ao conjunto de impostos (média de 25%) transferências correntes (65%). As

duas receitas, portanto, podem explicar parte da crise que vem ocorrendo em 2023. A Tabela 2 apresenta um corte dos dois conjuntos de

receitas – impostos e transferências correntes – a partir da criação de três grandes portes populacionais.

Tabela 2 – Receitas Primárias no primeiro semestre de 2022 e 2023 (R\$ bilhões)

Receitas	Total			Até 50 mil hab.			Entre 50 mil hab. e 300 mil hab.			Acima de 300 mil hab.		
	3b22	3b23	%	3b22	3b23	%	3b22	3b23	%	3b22	3b23	%
Receita Primária Total	466	504	8%	146	149	2%	136	148	8%	183	208	14%
Impostos	119	134	13%	14	16	18%	29	34	15%	76	84	11%
Transferências	301	301	0%	120	118	-1%	94	94	1%	88	89	2%
FPM	61	67	10%	35	39	10%	16	17	9%	10	10	7%
Fundeb	72	76	5%	28	30	6%	23	24	5%	21	22	5%
ICMS	63	61	-4%	20	20	1%	21	20	-3%	22	20	-9%
IPVA	18	23	27%	3	4	30%	5	7	28%	10	12	26%
Outras Transferências Correntes	86	75	-13%	32	24	-24%	29	26	-10%	25	25	-1%
Demais	1	1	-11%	0	0	-12%	0	0	-12%	0	0	-8%
Demais receitas primárias	46	69	50%	13	14	10%	14	20	49%	20	35	76%

Fonte: Siconfi. Elaboração: CNM.

O principal motor das receitas municipais (as transferências correntes) cresceu somente 0,3% no período, sendo os impostos e as demais receitas primárias (como contribuições e transferências de capital) responsáveis quase integrais pelo crescimento de 8,3% das receitas.

O olhar por porte populacional indica que as pequenas cidades (abaixo de 50 mil hab.) enfrentaram

queda nas transferências correntes (-1,3%), causada pela redução dos repasses de emendas parlamentares e royalties (que compõem a linha de "Outras Transferências Correntes"). Essa queda minou o crescimento das receitas, limitado a 1,6%. As transferências cresceram 0,6% nas cidades de médio porte e 2,1% nas cidades de grande porte. Esse melhor desempenho é explicado porque essas cidades sofreram me-

nos com o represamento desses recursos. Ao mesmo tempo, a queda do ICMS nessas localidades limitou o crescimento da arrecadação.

Mesmo a receita de impostos crescendo acima de 10% em todos os portes populacionais, a sua pequena base arrecadatória nos Municípios abaixo de 300 mil habitantes fez com que não tivesse contribuição decisiva para frear a crise.

E quais são os determinantes da atual crise?

Aumento de despesas públicas pós-pandemia

Em função da pandemia de Covid-19, o Congresso aprovou a LC 173/2020, que definia medidas fiscais para enfrentamento da pandemia. Em especial, ficou vedado aos Entes públicos até o final de dezembro de 2021 a concessão de reajustes, a criação de cargos/admissão de pessoal e a realização de concursos públicos. Durante o

final de 2022, ocorreu um período de reestruturação das despesas de pessoal. Esse processo, além dos reajustes dos serviços contratados pelas prefeituras, representou um considerável aumento das despesas públicas e ajuda a explicar o atual momento de crise.

A Tabela 3 recupera a evolução das despesas de Pessoal, Custeio

e Investimento (correspondentes a 94% do total da Despesa Primária) para avaliar os determinantes da expansão do gasto público municipal. A taxa de crescimento das despesas selecionadas foi de 17% no agregado, sendo a elevada taxa de crescimento generalizada nos portes populacionais.

Tabela 3 – Receitas Primárias no primeiro semestre de 2022 e 2023 (R\$ bilhões)

Despesas	Total			Até 50 mil hab.			Entre 50 mil hab. e 300 mil hab.			Acima de 300 mil hab		
	3b22	3b23	%	3b22	3b23	%	3b22	3b23	%	3b22	3b23	%
Despesa Primária Total	392	486	24%	125	149	19%	115	141	23%	152	196	29%
Despesas selecionadas	390	455	17%	124	145	16%	114	134	17%	151	176	17%
Pessoal e Encargos Sociais	186	200	8%	61	69	13%	55	62	11%	69	70	1%
Outras Despesas Correntes	175	212	21%	52	60	17%	50	61	21%	73	91	25%
Investimentos	30	43	45%	12	15	33%	9	12	34%	9	16	71%

Fonte: Siconfi. Elaboração: CNM.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais são as mais relevantes nos Municípios de pequeno porte (47% das despesas selecionadas) e apresentaram as maiores taxas de crescimento (13%), enquanto as cidades de médio e grande porte, o percentual de relevância (46% e 40%) e a taxa de crescimento (11% e 1%). As despesas de custeio, pelo contrário, são mais relevantes nas grandes cidades (51%) e apresentaram nesses Municípios a sua maior expansão (25%). Vale ressaltar que o expressivo crescimento do investimento público, de 45%, é em parte explicado pela realização de superávit primário nos exercícios anteriores.

A crise conjuntural

A crise financeira do primeiro semestre de 2023 apresenta um componente conjuntural – explorado no presente texto – e um aspecto estrutural, que se reflete na deterioração do pacto federativo, via aumento de despesas de caráter continuado dos Municípios sem o acompanhamento da fonte de financiamento adequada.

A atual crise conjuntural, que gerou o maior percentual de cidades com as contas no vermelho em anos (52%), é explicada pela estagnação das receitas de transferências – em especial decorrente da liberação de emendas parlamentares e ICMS – ao mesmo tempo que o cenário pós-pandemia impôs um aumento generalizado de despesas públicas de pessoal, via reestruturação do funcionalismo, e custeio, através do reajuste dos serviços contratados.

Perspectivas da Economia brasileira

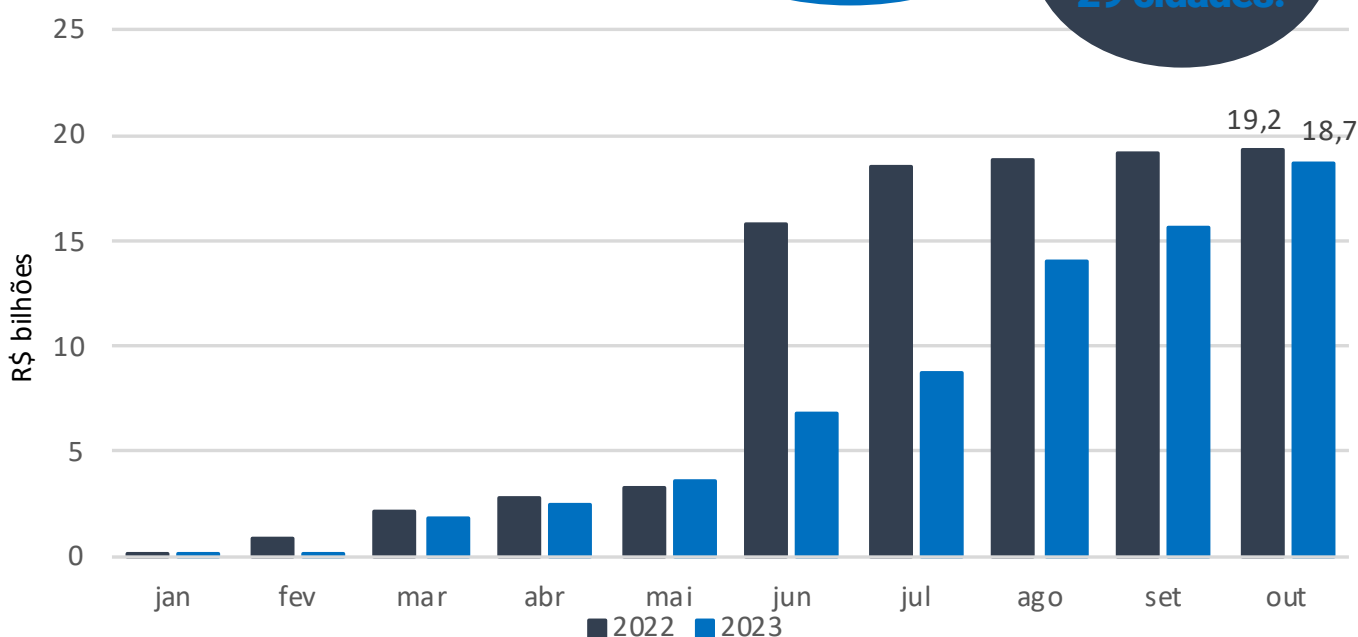
O último Relatório Focus, elaborado pelo Banco Central no dia 13 de outubro de 2023, indica que a expectativa de mercado aponta para o crescimento da economia brasileira em 2,92% neste ano. A Inflação, mensurada pelo IPCA, possui expectativa de fechar o ano em 4,75% – exatamente o limite máximo da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Até o mês de setembro, a inflação acumulada em 12 meses totalizou 5,19%. Em relação à taxa de juros, fundamental para a retomada de investimentos e o financiamento dos débitos municipais, o mercado espera que a taxa Selic caia em até 1 ponto percentual no final deste ano, passando dos atuais 12,75% para 11,75%.

Liberação de emendas parlamentares

Entre janeiro e outubro de 2023, foram pagos R\$ 18,7 bilhões em emendas parlamentares. No mesmo período de 2022, haviam sido liberados R\$ 19,2 bilhões, o que indica uma redução de 2,9%. Importante destacar que o calendário de liberação das emendas segue sendo um problema para a gestão municipal, uma vez que o represamento de recursos coloca ainda mais pressão para a execução das políticas públicas com recursos próprios. Em julho de 2022, o governo liberou R\$ 12,5 bilhões aos Municípios (65% da liberação do período), enquanto em 2023 o mês com maior liberação foi agosto, com R\$ 5,4 bilhões (29%).

92 cidades
não foram contempladas
com emendas ainda em
2023

Em 2022, eram
somente
29 cidades.



Fonte: Siga Brasil. Elaboração: CNM

O emprego formal nos Municípios

Foi criado em 2023 um total de 1,35 milhão de novos empregos com carteira assinada, levando o mercado de trabalho à sua marca histórica de 42,9 milhões de empregos com carteira assinada. O emprego tem crescido mais rapidamente nos Municípios do Centro-Oeste e nas cidades de pequeno porte. Os Municípios do Sudeste concentram 52% do total de vagas formais. Explica esse crescimento a retomada das contratações no setor de serviços, em especial nas áreas de educação, saúde e apoio administrativo, no pós-pandemia.



O desempenho do FPM em 2023 até o segundo decêndio de outubro

No ano de 2023, o Fundo cresceu 3,6% considerando os adicionais de julho e setembro e 2,8% sem considerá-los. Ao se retirar os efeitos da inflação, o FPM apresenta queda de -0,9% (com os adicionais) e -1,7% (sem os adicionais).

Ao contrário do primeiro semestre, em que o FPM fechou com crescimento de 7,6%, no segundo semestre, em função da queda de arrecadação do IRPJ (causada pela redução do lucro das empresas exportadoras de *commodities*) e do aumento dos pacotes de restituição, o FPM apresenta uma queda de 2,9% (com os adicionais) e 6,5% sem os adicionais.

Resultado da Mobilização Municipalista de agosto e outubro, o governo federal se comprometeu, através do PLP 136/2023, a compensar os Municípios pelas perdas de FPM em 2023.



Comparação do repasse do FPM (R\$ bilhões)

	Período	2022	2023	%
Com repasse adicional	1º Semestre	84,75	91,15	7,6%
	2º Semestre	52,03	50,53	-2,9%
	Até o 2º decêndio de Outubro	136,78	141,68	3,6%
Sem repasse adicional	1º Semestre	84,75	91,15	7,6%
	2º Semestre	44,07	41,21	-6,5%
	Até o 2º decêndio de Outubro	128,81	132,35	2,8%

Fonte: STN. Elaboração: CNM

Arrecadação de impostos nos Municípios: 4º bimestre de 2023

A arrecadação dos impostos municipais – ISS, IPTU, ITBI e IRRF – somou R\$ 170,56 bilhões nos primeiros oito meses de 2023, valor 13,6% superior ao observado para o mesmo período de 2022. Avaliando os tributos em específico, a receita de ISS alcançou R\$ 78,6 bilhões, o que corresponde a 46% de todos os impostos arrecadados no período, representando uma expansão de 15,2% no período. Em sequência, o IPTU – que corresponde a 32% da receita municipal – expandiu 8% nos primeiros oito meses de 2023. O IRRF e o ITBI apresentam posição minoritária no conjunto de impostos, sendo responsáveis por 14% e 7% do volume arrecadado. O crescimento dos dois tributos foi de 27% e 4%.

A arrecadação bimestral de cada imposto, comparando o desempenho entre 2021 e 2023, é apresentada abaixo:

Cabe avaliar que a composição dos impostos tem muito a ver com o porte populacional dos Municípios. Nas grandes cidades, aproximadamente 82% de tudo que é arrecadado é ISS (49%) ou IPTU (33%), cabendo ao IRRF e ao ITBI uma menor relevância no volume total arrecadado. Por

outro lado, nas cidades pequenas – até 5 mil habitantes, por exemplo –, esses dois tributos correspondem a 53% do total, divididos entre ISS (39%) e IPTU (14%). São mais relevantes do que o IPTU, nesse caso, as arrecadações de IRRF e ITBI.

Arrecadação própria municipal (R\$ bilhões)

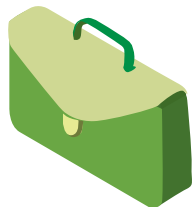
Receita	2021	2022	2022 (até o 4º bím)	2023 (até o 4º bím)	até o 4º bím (%)
ISS	90,1	107,0	68,2	78,6	15,2%
IPTU	58,4	64,5	50,1	54,5	8,6%
ITBI	20,8	19,9	12,9	13,5	4,4%
IRRF	24,7	32,9	18,8	24,0	27,4%
Total	194,0	224,3	150,1	170,6	13,6%

Fonte: Siconfi. Elaboração: CNM



Arrecadação própria

Confira a receita estimada de IPTU, ISS, ITBI e IRRF
nos quatro primeiros bimestres de 2022 e 2023



ISSQN

	1º Bim/22	2º Bim/22	3º Bim/22	4º Bim/22	1º Bim/23	2º Bim/23	3º Bim/23	4º Bim/23
Porte 1	82.918.410	97.976.708	115.581.839	126.027.772	114.826.541	117.809.282	129.960.767	168.436.087
Porte 2	178.834.755	200.106.626	223.034.965	239.604.872	227.255.366	245.601.275	259.376.606	341.298.289
Porte 3	362.814.047	403.330.690	469.007.719	506.850.672	480.122.119	501.552.805	571.600.401	568.002.896
Porte 4	916.253.003	978.807.289	1.054.092.123	1.152.990.799	1.183.701.153	1.194.314.890	1.291.243.967	1.205.744.027
Porte 5	1.003.304.000	1.037.393.005	1.119.834.566	1.220.892.748	1.228.985.559	1.271.068.148	1.340.131.082	1.415.367.575
Porte 6	2.305.510.845	2.328.964.730	2.526.280.509	2.627.688.579	2.715.684.279	2.753.238.464	2.912.430.939	3.108.516.242
Porte 7	11.701.623.780	11.149.708.061	11.693.217.744	12.396.255.390	13.168.358.182	12.681.008.747	13.187.491.855	14.214.413.663
Total	16.551.258.840	16.196.287.111	17.201.049.466	18.270.310.832	19.118.933.199	18.764.593.611	19.692.235.618	21.021.778.779

Fonte: Siconfi e CNM. Elaboração: CNM



IPTU

	1º Bim/22	2º Bim/22	3º Bim/22	4º Bim/22	1º Bim/23	2º Bim/23	3º Bim/23	4º Bim/23
Porte 1	19.787.813	58.762.341	56.350.751	40.718.022	24.453.200	64.052.355	65.894.286	37.465.495
Porte 2	50.570.171	138.348.203	118.997.398	88.239.793	54.932.831	158.486.364	121.474.695	87.617.157
Porte 3	176.452.680	322.442.174	282.446.338	232.782.156	214.114.044	362.433.079	326.098.864	152.781.240
Porte 4	675.942.281	1.000.423.162	740.197.127	573.667.662	754.567.309	1.082.001.862	833.687.618	522.249.479
Porte 5	1.114.867.974	1.243.973.670	787.367.294	668.693.241	1.166.275.279	1.429.456.396	869.683.160	725.988.560
Porte 6	2.628.754.553	2.688.423.476	1.688.393.655	1.388.094.884	2.864.090.658	2.919.369.962	1.859.865.193	1.640.459.781
Porte 7	14.181.609.142	7.486.173.858	6.102.084.069	5.589.828.148	14.349.650.016	8.618.518.263	6.616.511.519	6.529.327.776
Total	18.847.984.615	12.938.546.884	9.775.836.633	8.582.023.905	19.428.083.336	14.634.318.281	10.693.215.335	9.695.889.487

Fonte: Siconfi e CNM. Elaboração: CNM



	1º Bim/22	2º Bim/22	3º Bim/22	4º Bim/22	1º Bim/23	2º Bim/23	3º Bim/23	4º Bim/23
Porte 1	49.085.272	61.386.269	76.496.020	67.540.612	47.691.303	60.197.840	73.155.091	61.199.132
Porte 2	69.744.162	82.137.396	100.791.877	110.292.774	67.186.411	87.955.426	100.714.517	100.887.213
Porte 3	113.984.234	148.577.558	162.119.305	163.459.841	115.263.057	146.628.949	166.213.755	135.540.521
Porte 4	227.323.455	286.455.605	306.183.950	326.653.241	301.867.970	334.842.655	350.582.654	325.401.580
Porte 5	239.319.067	270.766.947	292.894.412	313.827.829	241.420.789	303.208.997	296.799.310	312.374.420
Porte 6	453.484.395	519.981.679	599.677.024	606.162.557	451.347.500	562.286.919	586.417.235	664.286.812
Porte 7	1.492.952.767	1.769.088.998	1.908.554.570	2.113.588.489	1.578.384.625	1.954.126.822	1.991.829.727	2.089.511.679
Total	2.645.893.352	3.138.394.455	3.446.717.158	3.701.525.345	2.803.161.655	3.449.247.608	3.565.712.290	3.689.201.357

Fonte: Siconfi e CNM. Elaboração: CNM



	1º Bim/22	2º Bim/22	3º Bim/22	4º Bim/22	1º Bim/23	2º Bim/23	3º Bim/23	4º Bim/23
Porte 1	55.100.598	86.537.848	83.809.479	87.782.982	80.493.349	106.460.436	109.804.572	106.449.920
Porte 2	78.022.254	104.956.063	117.798.564	124.515.664	112.013.980	147.118.349	150.175.672	183.368.095
Porte 3	194.499.446	242.342.040	283.840.645	295.387.226	249.421.573	343.251.016	351.898.984	348.864.563
Porte 4	393.257.078	497.240.269	547.715.914	571.714.571	518.180.026	678.610.096	719.322.648	709.529.733
Porte 5	380.525.834	434.306.292	493.631.855	528.184.460	466.888.382	644.200.756	604.601.269	641.459.970
Porte 6	719.249.790	876.575.260	996.299.213	1.007.141.119	895.875.314	1.131.250.237	1.198.736.636	1.287.640.509
Porte 7	2.191.560.142	2.370.649.466	2.504.744.585	2.571.061.014	2.713.094.576	2.945.837.569	3.177.517.935	3.382.575.414
Total	4.012.215.142	4.612.607.238	5.027.840.254	5.185.787.036	5.035.967.201	5.996.728.460	6.312.057.717	6.659.888.205

Fonte: Siconfi e CNM. Elaboração: CNM

Porte 1: Até 5 mil habitantes

Porte 2: Acima de 5 mil habitantes até 10 mil habitantes

Porte 3: Acima de 10 mil habitantes até 20 mil habitantes

Porte 4: Acima de 20 mil habitantes até 50 mil habitantes

Porte 5: Acima de 50 mil habitantes até 100 mil habitantes

Porte 6: Acima de 100 mil habitantes até 300 mil habitantes

Porte 7: Acima de 300 mil habitantes

A crise de fluxo de caixa dos Municípios no Brasil

No começo do segundo semestre, os gestores locais foram surpreendidos com uma queda brusca no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é composto da arrecadação nacional de dois impostos, o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre os produtos Industrializados (IPI). Desse total arrecadado, os Municípios recebem decencialmente 22,5%, distribuídos por um coeficiente estabelecido para cada cidade de acordo com a sua respectiva população. De cada 10 cidades, o FPM exerce uma função muito importante na composição de suas receitas em 7 delas; portanto, qualquer oscilação no Fundo causa grandes problemas na gestão.

O FPM teve um crescimento muito expressivo em 2022 em relação a 2021, com um acréscimo de 26% de um ano para outro; fato extraordinário que permitiu que o Fundo chegasse ao patamar de R\$ 179,1 bilhões, e esse excelente desempenho foi puxado, sobretudo, pela arrecadação de imposto de renda pessoa jurídica de dois setores relevantes da economia, o petróleo e o minério.

Agora em 2023 todas as expectativas e as previsões indicavam que esse fenômeno não se repetiria, além disso, a Lei Orçamentária Anual (LOA) indicava que o FPM cresceria muito pouco este ano, passando dos R\$ 179,1 bilhões para R\$ 182 bilhões, com um

crescimento de 1,2%. No entanto, nesse primeiro semestre, o FPM apresentou um comportamento razoável e encerrou os primeiros seis meses do ano com um crescimento de 7,6%.

E, de repente, tudo mudou; no primeiro decêndio de julho, ocorreu uma queda de 32,4% em comparação com o mesmo decêndio de 2022, o que foi explicado pela queda

expressiva da arrecadação do IRPJ do setor de minérios somada a um superlote de restituição do Imposto de Renda. E as coisas foram ficando mais complicadas... no primeiro decêndio de agosto, a queda foi de 20,3% e, no primeiro decêndio de setembro, mais uma diminuição de 28,2%. Essas quedas fizeram com que os três meses ficassem menores que os mesmos meses de



Eduardo Stranz
Consultor da CNM





2022 e ocasionassem um desajuste completo na programação financeira e no fluxo de caixa de nossas cidades.

Tais fatos somados a uma redução na cota-parte do ICMS causada pela Lei Complementar 194/2022 – a qual reduziu as alíquotas do imposto sobre os três setores econômicos que mais contribuíam, telecomunicações, energia e combustíveis – mais o atraso na liberação por parte do governo federal das emendas parlamentares impositivas impactou negativamente de uma hora para outra os Municípios.

Ademais, com relação às despesas, a situação também não foi positiva. Houve um aumento bastante expressivo nas despesas de pessoal impulsionado pelas reposições salariais após o fim da exigência da LC 173/2020, que congelou

os salários dos funcionários públicos até 31/12/2021, e as despesas de custeio aumentaram muito pelo reajuste dos preços dos insumos após a pandemia. Logo, o cenário apresentado foi de redução expressiva das receitas e aumento das despesas, sem contar que o equilíbrio adquirido havia sido interrompido de forma abrupta e repentina.

Os atuais gestores municipais começaram, então, a pressionar os parlamentares estaduais e federais, os governos estaduais e o governo federal, mostrando esses problemas de fluxo de caixa e, com o auxílio da Confederação Nacional de Municípios (CNM) em mobilizações realizadas nos Estados e em Brasília com a presença de milhares de pessoas, foi aprovado um projeto de lei complementar cuja finalidade é repor as perdas de FPM desses três meses em relação ao ano de

2022 e realizar uma compensação dos valores de um acordo celebrado no âmbito do STF de R\$ 26,8 bilhões, do qual os Municípios têm direito a R\$ 6,7 bilhões.

Faz-se necessário salientar que, embora esses valores sejam somente uma reposição do que se deixou de arrecadar, essa ação ajudará bastante as cidades a reconquistarem de novo um equilíbrio financeiro. No entanto, é sabido também que não será o suficiente. Em razão disso, é muito importante que os gestores se organizem para o encaminhamento de seu último ano de mandato, ano que vem, para o qual, por imposição da Lei de Responsabilidade fiscal (LC 101/2000), não podem deixar restos a pagar a descoberto. Assim sendo, a luz vermelha está novamente acesa em nossas cidades.

Acesse as publicações periódicas dos Estudos Técnicos

Notas Decendiais do FPM

A CNM divulga uma Nota Decendial a cada repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A publicação apresenta a evolução do FPM no exercício financeiro, sua taxa de crescimento em relação ao mesmo decêndio, mês e ano anterior e os repasses para cada estado por coeficiente do Fundo de Participação. Confira no QR Code:



Informativos do Mercado de Trabalho

O Informativo CNM: Mercado de Trabalho é publicado mensalmente pela Confederação e apresenta a criação de empregos com carteira assinada nos Municípios a partir do Novo Caged. São apresentadas a evolução dos empregos nos últimos meses, a difusão da geração de emprego entre os Municípios e a sua expansão por porte populacional e região geográfica. Confira no QR Code os Informativos CNM:



Informativos do Mercado de Trabalho do Agro

O Informativo CNM: Emprego no Campo é publicado mensalmente pela Confederação e apresenta a criação de empregos da cadeia do agro com carteira assinada nos Municípios a partir do Novo Caged. São apresentadas a evolução dos empregos por porte populacional, região geográfica, além de pontuar os segmentos do agro, atividades econômicas e Municípios que mais geraram empregos a cada mês. Confira no QR Code os Informativos CNM:



Informativos de Inflação

O Informativo CNM: Inflação é publicado mensalmente pela Confederação e divulga a inflação mensal coletada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. São apresentadas a evolução da inflação mensal e nos últimos doze meses, a sua difusão na cesta de produtos, além dos setores e itens mais e menos afetados. Confira no QR Code os Informativos CNM:



A CNM está presente também nas redes sociais e quer interagir com seu Município por lá também!



portalcnm



Portal CNM



cadastre-se na lista de transmissão



portalcnm



TV Portal CNM

<https://www.cnm.org.br/index.php/contato/whatsapp>

